



Dissertações

defendidas no Programa
de Pós-Graduação em
Geografia/UFMG em 2005





O atlas “Estado do Brasil”: um olhar português sobre a América colonial

O atlas “Estado do Brasil” foi elaborado pelo cosmógrafo do reino de Portugal, João Teixeira Albernás, a mando do donatário da Capitania de Ilhéus, Conde de Autuaga, D. Jerônimo de Ataíde, em 1631. Essa obra foi produzida em um período de grande turbulência política, tanto para o Brasil quanto para Portugal. Insatisfeitos com a política que caracterizou a União Ibérica, fidalgos portugueses se organizaram em um movimento que culminou, em 1640, com a restauração do trono português. Ao idealizar essa obra, D. Jerônimo pretendia atrair investimentos para sua capitania e alertar outros nobres portugueses sobre a enorme extensão de terras ameaçadas pelo despovoamento e pelas invasões estrangeiras. Além disso, havia um desejo de ampliação dos domínios lusitanos na América. Para expressar as preocupações e anseios de seu patrocinador, Albernás soube usar as técnicas cartográficas disponíveis, e, quando essas não foram suficientes para atingir seu intento, criou soluções para expressar o conteúdo de pensamento desejado. Esse cosmógrafo praticava uma cartografia que buscava a exatidão na transmissão das informações geográficas, em um período no qual eram comuns representações ricas em figuras que aguçavam o imaginário. O objetivo deste trabalho é fazer um estudo sobre o atlas “Estado do Brasil”, realçando as motivações políticas e econômicas de sua produção e como o autor se utilizou das técnicas cartográficas para transmitir uma organização do espaço colonial na América, de forma a atender os objetivos de seu patrocinador. Ele foi feito a partir de pesquisas bibliográficas versando sobre a história da cartografia, com vistas a destacar o desenvolvimento das técnicas utilizadas na confecção dos mapas e sobre temas da história do Brasil nos séculos XVI e XVII, para realçar as questões sócio-culturais relacionadas à produção do atlas.

Amanda Estela Guerra

Orientadora
Márcia Maria Duarte dos Santos

Conflitos e rupturas em torno do transporte urbano nos EUA e Brasil no século XX

Esse estudo examina a trajetória conflituosa do transporte urbano nos EUA, o abandono do “trem de ferro” e dos “bondes” no século XX, e a conseqüente adoção generalizada do transporte rodoviário no Brasil. As dificuldades em termos de organização de nosso atual sistema de transportes, em sua associação com a urbanização, são, em boa medida, resultantes dessas transformações. A partir de fins do século XIX, uma diversidade de fatores contribuiu para que as condições de deslocamento fossem alteradas e, no século

Amélia Maria da Costa Silva

Orientador
Rafael Edmundo da Silva Matos

XX, o predomínio do automóvel e dos interesses que lhes são subjacentes ganharam projeção, poder e alcance mundial. Nesse contexto, a cidade industrial americana se reconfigurou em favor do transporte sobre trilhos, dando prosseguimento a um grande processo de suburbanização, revigorado por significativos fluxos migratórios e por mudanças no padrão tecnológico de construção das cidades. Transformações políticas, econômicas e sociais impactaram a situação dos transportes, particularmente, no período entre guerras, enquanto as fábricas e os bondes funcionaram sem parar, o que ocasionou desgastes nos trilhos, uso excessivo e danos nos veículos. Com isso surgiram as condições propícias para a instalação de um mercado novo acoplado a motorização das cidades e a ruptura com o “trem de ferro” e os “bondes”. Com a primazia do transporte rodoviário, explodiram as contradições. As periferias se expandiram e ficaram reféns das grandes distâncias a serem percorridas. O automóvel tornou-se um auto-imóvel, em meio a gigantescos congestionamentos/ um sugador de energia!

Eliane Ferreira Campos Vieira

Orientador
Roberto Célio Valadão

O bloco – diagrama na representação do relevo no 1º ano do ensino médio: uma análise a partir dos recursos cartográficos presentes em livros didáticos de geografia

As representações cartográficas constituem importante recurso no ensino de Geografia e podem auxiliar o processo de construção de conceitos essenciais na exploração do espaço geográfico. Existem dificuldades dos alunos em perceber as formas de relevo representadas através de fotografias, perfil e mapas topográficos. A pesquisa procura refletir sobre as contribuições da utilização do bloco-diagrama, um dos recursos utilizados na representação do relevo nos livros didáticos de Geografia. Os procedimentos metodológicos referenciados na abordagem qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados a técnica de grupo focal, envolvem: (i) análise de livros didáticos de Geografia de 5ª à 8ª série quanto à representação gráfica do relevo; (ii) atividade em sala de aula para observar a utilização do bloco-diagrama pelos alunos do Ensino Médio e (iii) realização da técnica de grupo focal para verificar a contribuição do bloco-diagrama na construção das respostas. O relevo é apresentado no livro didático tendo textos como suporte básico, cujos conceitos são ilustrados por representações gráficas. Observou-se uma riqueza quantitativa dos livros didáticos de Ensino Fundamental com relação aos recursos de representação do relevo. Os alunos pesquisados não tem familiaridade com tais representações: pouco conhecimento sobre as formas de relevo e deficiências quanto à linguagem escrita e verbal. A representação gráfica deve ser utilizada para entender os conceitos e não apenas como imagem ilustrativa, devendo estar associadas aos conceitos do texto; o professor deve aproveitar as qualidades e deficiências do livro didático em benefício do ensino e focar a gênese das formas de relevo e os processos condicionantes. Deve enfatizar não só o conteúdo, mas ensinar a pensar e a ler a realidade do espaço geográfico através dos conteúdos.



A produção do espaço pelo turismo: a paisagem e os conflitos de gestão em Maria da Fé/MG

Fabiana Andrade
Bernardes Almeida

Orientador
Marcos Roberto Moreira Ribeiro

A reflexão sobre a produção do espaço pelo turismo exige um duplo esforço: o da reflexão teórica e o da pesquisa empírica. A referida reflexão é examinada pelo estudo da experiência do turismo em Maria da Fé-MG, institucionalizado a partir de 1996, através da intervenção do SEBRAE-MG como agente externo do desenvolvimento. A proposta do turismo nesse município parte de intenções diferenciadas voltadas para uma produção de pequena escala e de base associativa e cooperada. A pesquisa compreende as transformações da paisagem pela produção do turismo e o modelo de gestão adotado em Maria da Fé, levando-se em conta as percepções dos sujeitos sociais e as repercussões de suas ações. O estudo da paisagem é adotado a partir de uma abordagem fenomenológica para a compreensão do espaço vivido em Maria da Fé-MG. O esforço da pesquisa resulta no entendimento da natureza do espaço e do fenômeno do turismo enquanto meio de produção e prática social. Apesar das limitações que associam a complexidade dos inúmeros fatos relacionados à esfera pública e privada, é possível dirigir algumas considerações para a compreensão dos próprios conflitos da gestão do turismo no mundo contemporâneo.

Perda de solo por erosão na agricultura: a importância das técnicas de manejo e conservação dos solos

Fernanda Maria Belotti

Orientadora
Cristiane Valéria de Oliveira

A conservação do solo é de grande importância na manutenção e melhora das suas características físicas e químicas, buscando a preservação e utilização sustentável deste recurso natural. O emprego de técnicas de conservação reduz a erosão, diminuindo as perdas de nutrientes, matéria orgânica e água, minimizando os danos ambientais, sociais e econômicos causados pela degradação do solo. Para confirmar a influência do emprego de medidas de conservação do solo, foram montadas redes de pinos de erosão em duas áreas agrícolas localizadas em Brumadinho/MG, distintas quanto ao manejo do solo e com características semelhantes quanto ao clima, solo e relevo. A primeira não apresenta adoção de medidas de conservação, sendo cultivada com milho em plantio morro abaixo, enquanto na segunda, também plantada com milho, foram adotadas quatro medidas de conservação do solo: preparo reduzido, plantio em curvas de nível, manutenção de faixas de vegetação permanente e incorporação de estrume de curral. Foram realizadas análises físicas de amostras de solo coletadas nas duas áreas no início e fim do monitoramento. O monitoramento das redes de pinos indica uma perda de 14,2 ton solo/há na área sem conservação e 8,1 ton solo/há na área com conservação de solo. A área sem conservação apresentou aumento nos teores de ADA (Argila Dispersa em Água) de 4,6% na alta e 17,6% na média vertente, enquanto que na área com conservação os teores de ADA diminuíram 30,6% e 13,7% respectivamente. O Grau de Floculação (GF) dos solos estudados diminuiu em 10,6% na alta vertente e 37,4% na média vertente na área sem conservação, enquanto que área com conservação o GF aumentou respectivamente 65,5% e 27,2% no período estudado. Os dados coletados confirmam que o emprego de medidas de conservação exerce influência direta na variação das taxas de perda de solo por erosão em áreas agrícolas.



Flávia Caldeira Mello

Orientador
Geraldo Magela Costa

Gestão Urbana como processo integrado: o alcance sanitário da urbanização de favelas em Belo Horizonte

A gestão urbana como um processo integrado implica a conjugação de políticas no espaço e no tempo, de modo a lidar com a complexidade dos problemas urbanos. As favelas constituem um destes espaços complexos. Desde a década de 1980, as políticas públicas voltadas para o atendimento destas áreas pressupõem a sua permanência, como alternativa de solução habitacional. As políticas setoriais de habitação (voltadas para a redução do déficit qualitativo através da urbanização de favelas) e de saneamento, e sua possível integração, em Belo Horizonte na década de 1990, constituem a preocupação principal desta pesquisa. Para avaliar o alcance sanitário da urbanização das favelas, é escolhido o Orçamento Participativo. Pesquisa-se as lacunas deixadas pela atuação da política de saneamento básico, que são especialmente significativas nas favelas. Foram observados avanços importantes na política de urbanização de favelas bem como também foram percebidos alguns avanços no atendimento de favelas por saneamento básico. Contudo, não pôde ser determinada uma significativa integração entre as políticas estudadas, na medida em que as áreas que mais receberam investimentos em urbanização ainda apresentam situações de carências relevantes de serviços de esgotamento sanitário.

Frederico do Valle
Ferreira de Castro

Orientador
Britaldo Silveira Soares Filho

A modelagem de cenários de mudanças na região de Brasília aplicada ao zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre

Entender o atual processo de desmatamento ocorrente na Amazônia torna-se imperioso com vistas a uma política de gestão socioambiental para a região. Neste sentido, o Zoneamento Ecológico-Econômico vem a ser um importante instrumento para o planejamento socioambiental, pois realiza um levantamento detalhado do espaço, procura entender sua dinâmica e estrutura orientações quanto aos usos da terra. Diante deste desafio, o presente trabalho foi estruturado tomando por base uma questão que norteou as fases da pesquisa: como os modelos conceituais de paisagem podem ser usados para modelar cenários de mudanças? Através da modelagem de dados espaciais, a partir do mapeamento participativo, os Sistemas Geográficos de Informação têm a contribuir positivamente neste processo de entendimento da atual organização do espaço. Inserido no Projeto Cenários para Amazônia – *Amazon Scenarios*, fruto de uma parceria entre o Centro de Sensoriamento Remoto/CSR da Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM e *The Woods Hole Research Center*, esta pesquisa tem por objetivo cerner, desenvolver uma metodologia capaz de gerar cenários que possam ser utilizados para avaliar as propostas do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, procurando contribuir com o avanço do entendimento sobre o processo de desmatamento amazônico, bem como com a geração de alternativas mais sustentáveis de convívio entre o homem e a natureza.





Transporte e regulamentação urbanística: impactos sócio-espaciais e ambientais em Belo Horizonte

Humberto Alvim Guimarães

Orientador
Rafael Edmundo da Silva Matos

Nas grandes cidades brasileiras e dos demais países em desenvolvimento, duas questões estão muito presentes atualmente: a vulnerabilidade social em que vivem as populações urbanas e a degradação ambiental do espaço urbano. O trabalho procura demonstrar, inicialmente, a grande importância do transporte urbano para a diminuição desses dois fatores negativos. A seguir, o sistema de transporte municipal é analisado num viés histórico e constextualizando as características atuais. São analisadas as políticas urbanas relacionadas ao transporte, implantadas no município de Belo Horizonte ao longo da década de 1990, com destaque para a nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) e o Plano de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte (BHBUS). A análise se deu a partir de três objetivos comuns a ambas as propostas: a redução da participação dos automóveis particulares no conjunto dos deslocamentos da população; a descentralização do uso não-residencial do solo urbano; e a indução de novas centralidades (e fortalecimento das já existentes) no território municipal. Entre outras considerações, concluiu-se que o BHBUS exerceu pouca influência na alteração da dinâmica sócio-espacial de Belo Horizonte. As transformações ocorridas aparentemente estiveram mais relacionadas a novos padrões espaciais da economia moderna, apoiadas pela nova regulamentação urbanística advinda da LPOUS.

O trabalho de campo e o ensino da geografia

Janete Regina de Oliveira

Orientação
Cássio Eduardo Viana Hissa

O trabalho de campo é um importante instrumento do conhecimento geográfico, tanto na produção científica como recurso pedagógico. A presente pesquisa focaliza o trabalho de campo no ambiente escolar, particularmente no ensino fundamental. Através de entrevistas realizadas com professores de geografia, do 3º ciclo da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, objetiva-se identificar os referenciais teóricos presentes na prática, as possibilidades e limites da realização do trabalho de campo e a importância atribuída, por esses profissionais, à atividade. A pesquisa ainda se serve de algumas referências teóricas e históricas: discute-se a presença do trabalho de campo ao longo da formação do pensamento geográfico; discute-se a relação entre a escola e o conhecimento, mediada por políticas públicas e documentos oficiais. Quanto à interpretação dos resultados, duas questões merecem destaque: 1) a decisão de se utilizar o trabalho de campo no ensino de geografia está ligada à vivência dessa atividade na formação acadêmica e no exercício profissional de seus realizadores; 2) verifica-se a ausência, na formação pedagógica específica, do tratamento desse instrumento como recurso pedagógico. Consta-se que o trabalho de campo, apesar de todas as dificuldades apontadas, mantém-se como alternativa importante na viabilização do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos geográficos.



José Luiz de Souza

Orientador
Cássio Eduardo Viana Hissa

A geografia entre os Kadiwéu

Trata-se de uma pesquisa acerca do processo de inserção da geografia entre os índios Kadiwéu, que vivem na Reserva Indígena Kadiwéu, no município de Porto Murtinho-MS, motivada por um conjunto de questionamentos. A partir de uma reflexão sobre a natureza do conhecimento científico e a natureza do saber indígena, analisam-se as possibilidades de encontros e desencontros entre a ciência e esse saber. Analisa-se a definição de geografia no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas — RCNEI. Questiona-se a existência de uma geografia indígena, originária da sociedade Kadiwéu, como afirma o RCNEI. São apresentados depoimentos de índios Kadiwéu para que se possa avaliar sua compreensão a respeito da geografia e a absorção dessa ciência em suas vidas. Discute-se, ainda, a transformação da ciência, através de referências mais libertárias, para que as esperadas trocas entre os saberes geográfico e indígena possam se desenvolver, sob a referência da transdisciplinaridade.

Mariana de Oliveira Lacerda

Orientador
Allaoua Saadi

Paisagem e potencial turístico no Vale do Jequitinhonha

Este trabalho apresenta o resultado da leitura da paisagem a partir de percursos de estrada inseridos em três unidades de paisagem da bacia do rio Jequitinhonha: as serras, as chapadas e os pontões de granito. Aprender a ver e a interpretar com consciência o que se vê é a primeira tarefa de um modelo de turismo que visa estabelecer uma relação com a paisagem. Assim, o hábito de observar nos torna mais próximos dos lugares, evita a indiferença e estimula a percepção das expressões da cultura e do meio ambiente. Através de suas dimensões estéticas, concretas e simbólicas, a paisagem assume o papel de mediadora do encontro do olhar forasteiro com o olhar regional e sua compreensão permite que estes encontros sejam carregados de valores e significados. Conclui-se que esse método é capaz de fornecer os recursos necessários para aumentar não só o nível de atratividade do Vale do Jequitinhonha como também o nível de consciência das pessoas que o percorrem.

Mônica Campolina
Diniz Peixoto

Orientadora
Helôisa Soares de Moura Costa

Licenciamento ambiental e expansão urbana: um estudo a partir de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais

A história do processo de produção do espaço e do seu impacto sobre os recursos naturais, particularmente o solo e a água, e sobre a qualidade de vida das populações evidencia duas situações, aparentemente isoladas, mas que se desenvolvem, de forma convergente, no sentido da sustentabilidade: a necessidade da gestão urbana e dos instrumentos da gestão ambiental para minimizar ou evitar os impactos negativos da urbanização. Nesse sentido, são estudados os procedimentos atualmente adotados no licenciamento ambiental de loteamentos do solo urbano por parte do Estado, de importância crescente diante da continuidade do processo de urbanização.





Toma-se como referência dois loteamentos residenciais em processo de licenciamento ambiental pelo governo estadual, situados no município de Nova Lima, integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG, em um dos seus principais eixos de expansão urbana – o Eixo Sul. Um espaço rico em situações que ilustram os múltiplos conflitos de interesses inerentes à apropriação e produção do espaço urbano em uma unidade de conservação de uso sustentável.

Trajatória da formulação e implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular – 1993/1996

Os números relativos ao problema da moradia no Brasil continuam preocupantes e justificam por si só o aprofundamento da pesquisa acadêmica sobre as políticas públicas de habitação implementadas no país, como forma de contribuir para a reflexão acerca dessas práticas. Este trabalho aborda a trajetória de concepção e implantação da política habitacional em Belo Horizonte durante o governo da Frente BH Popular, de 1993 a 1996, primeira gestão local de caráter popular e democrático após a aprovação da Constituição Federal de 1988. A política habitacional do Município foi enfocada neste trabalho globalmente, em todos os seus principais aspectos e dimensões, tais como: a estrutura institucional de gestão, incluindo as instâncias e os processos participativos; os conceitos, princípios, diretrizes e critérios gerais; a legislação específica; a concepção e os resultados dos programas, projetos e ações, tanto os voltados para a intervenção em favelas como para a produção de habitação de interesse social. A abordagem do tema privilegiou a investigação da relação entre o que foi concebido e implementado durante a gestão da Frente BH Popular no âmbito da política habitacional com os processos e as idéias que marcaram o contexto nacional e local neste período, entre os quais o processo de municipalização e o ambiente de intensa mobilização social em curso no país, com destaque para a trajetória e as idéias de movimentos como o de luta pela moradia e pela reforma urbana.

Mônica Maria Cadaval Bedê

Orientadora
Heloisa Soares de Moura Costa

Influência do uso e da cobertura do solo na qualidade da água na Bacia do Rio das Velhas

A poluição difusa tem como agente dominante do transporte o escoamento superficial e subsuperficial, o que dificulta a identificação e quantificação dos agentes poluidores, sobretudo por abranger extensas áreas. A complexidade do seu manejo aumenta com a diluição dos poluentes e o distanciamento destes em relação à fonte de origem. Assumindo o uso e a cobertura do solo – UCS como um fator preponderante na degradação dos cursos d'água, busca-se avaliar a influência do UCS na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas como fonte de alteração dos parâmetros físico-químicos e biológicos da água. O procedimento metodológico adotado baseia-se no emprego de dados cartográficos, de sensoriamento remoto e de qualidade de água – QA. O uso do sistema de Informação

Nádia Antônia Pinheiro Santos

Orientador
Philippe Maillard



Geográfica – SIG auxilia na segmentação da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em dezesseis bacias de contribuição e cinco zonas tampão e na quantificação das áreas referentes a cada UCS. Modelos estatísticos de Regressão Linear Múltipla foram realizados para prever a QA a partir da caracterização espacial do UCS. A classificação do UCS obteve precisão superior a 90% e possibilitou identificar as seguintes classes: cerrado, campo rupestre, mata secundária, mata seca, mata ciliar, monocultura de eucalipto, pasto, agricultura irrigada, mineração, solo exposto, afloramento rochoso e área urbana. Os modelos de regressão múltipla evidenciam o papel do escoamento superficial como veículo de transporte de poluentes e das alterações de parâmetros como nitrito, DBO e coliformes fecais. As análises, considerando a distância em relação aos cursos d'água através dos modelos de regressão linear múltipla, não apresentaram nenhuma tendência bem definida. Cada parâmetro de QA possui comportamento distinto em relação à influência do UCS.

Paula Gonçalves Vilela

Orientadora
Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Reflexo das condições sanitárias e ambientais na saúde das crianças e perspectivas de ação: um diagnóstico do bairro Petrovale / Vila Esperança – Betim/MG

Esse trabalho tem como tema central, a questão sanitária ambiental e suas implicações no adoecimento das crianças de comunidades carentes. A área objeto de estudo é o bairro Petrovale / Vila Esperança, município de Betim, integrante da RMBH. O objetivo principal foi conhecer a realidade socioeconômica dessa comunidade e sua percepção frente aos problemas ambientais e seus reflexos na saúde das crianças. Busca-se fornecer subsídios de análise para adoção de medidas que possam melhorar a qualidade de vida dessa população, além de fornecer aos gestores municipais metodologias alternativas de trabalho e um diagnóstico “realista” da área, produzido a partir da análise de vários setores envolvidos: lideranças comunitárias, equipe de saúde e moradores. O bairro Petrovale foi avaliado de forma generalizada e a Vila Esperança foi adotada como foco central da pesquisa de percepção ambiental ou fenomenológica, por se tratar de área de precariedade sócio-ambiental do bairro. Foram adotadas metodologias quantitativas e qualitativas procurando minimizar as distorções nos resultados provocados por uma metodologia e outra. Tal opção foi referendada pela coerência das informações obtidas ao se fazer um tratamento adequado dos dados estatísticos e uma interpretação qualitativa a partir do auxílio de profissionais que vivenciam o dia a dia da comunidade. Revelou, ainda, a necessidade de se trazer a questão educacional ao centro das discussões em função do despreparo e desamparo das populações das comunidades mais carentes revelados na pesquisa.





Morfogênese e pedogênese em vertentes da Bacia do Córrego do Quebra – Depressão de Gouveia/MG

A dissertação objetivou a caracterização da relação existente entre os processos pedológicos e geomorfológicos da área de estudo. Esta relação foi discutida a partir da caracterização das formações superficiais da área, com a realização de análises pedológicas, estratigráficas e geomorfológicas. As análises pedológicas foram orientadas pelo Código Brasileiro de Classificação de Solos da EMBRAPA (1999), já as análises estratigráficas foram norteadas pelo Código Estratigráfico Norteamericano (NACSN, 1983). Por último, as análises geomorfológicas contemplaram a identificação dos processos atuais e pretéritos, relativos aos vestígios pedológicos e estratigráficos então descritos. Foram ainda realizadas análises mineralógicas e granulométricas em laboratório. O estudo permitiu a discussão dos processos pedológicos e morfológicos da área e a identificação de seis classes aloestratigráficas, sendo cinco de natureza coluvionar e uma de natureza aluvionar. As aloformações identificadas também apresentaram relação com os atuais processos de desnudação de paisagem, que são, em parte, favorecidos pelas descontinuidades resultantes dos paleoprocessos de elaboração da paisagem.

Simone Garabini Lages

Orientadora
Cristiane Valéria de Oliveira

Produção da cidade ilegal e regularização fundiária: um estudo sobre o parcelamento do solo em Belo Horizonte

Esse trabalho realiza uma análise concomitante do processo de produção da cidade ilegal, em Belo Horizonte, do ponto de vista dos loteamentos clandestinos e irregulares e das iniciativas de regularização fundiária empreendidas pelo Poder Público. Entende-se que esses dois processos seguiram paralelos ao longo da história da cidade e, juntos, são fundamentais para o conhecimento da produção do espaço do Município. Para a compreensão desse processo, analisam-se, principalmente, dois agentes: o Estado e o mercado imobiliário. Discute-se o papel do Estado como planejador urbano e gestor das políticas públicas e, do mercado imobiliário, através dos seus interesses na ocupação do espaço da cidade. A partir desse enfoque, são tratadas algumas questões fundamentais que permeiam a realidade das cidades brasileiras: a lei e a ilegalidade, a segregação espacial, a periferização, a fragmentação e a exclusão socioespacial. Diante da situação estudada, observa-se que em Belo Horizonte há avanços na concepção e gestão do planejamento urbano. Entretanto, percebe-se que ainda existem lacunas a serem preenchidas no sentido de se construir um real direito à cidade.

*Sofia Marta
Salomão Alvarenga*

Orientador
Geraldo Magela Costa

Vandeir Robson da Silva Matias

Orientador

Márcia Maria Duarte dos Santos

O desenvolvimento de habilidades de orientação espacial pela mediação pedagógica do software LOGO: possibilidades e limites para a educação geográfica no ensino fundamental

Considerando a importância de se incorporar recursos da tecnologia da informação, particularmente os ambientes computacionais, às práticas pedagógicas, foi realizado um estudo sobre a linguagem de programação LOGO e as habilidades de orientação espacial, tidas como fundamentais para a construção do conhecimento geográfico e cartográfico. O objetivo geral desse estudo compreendeu a verificação da possibilidade de uso do LOGO, em favorecer a emergência de capacidades cognitivas que propiciam a aquisição de noções espaciais topológicas, projetivas e euclidianas. Nos procedimentos metodológicos incluiu-se a definição de critérios para analisar as possibilidades e limites do LOGO, com base em duas categorias: objetivos educacionais e aspectos técnicos. A realização da pesquisa demonstrou que quanto mais complexa a noção espacial, maior será a possibilidade de seu desenvolvimento em ambiente LOGO. Sendo assim, constatou-se que o software é mais indicado para trabalhar com habilidades do espaço projetivo e euclidiano. Assim, na utilização do LOGO não se pode desconsiderar o papel do professor que deverá, além de motivar os alunos com desafios possíveis e instigadores, valorizar o processo de elaboração e não o resultado final de um projeto.

Vero Franklin Sardinha Pinto

Orientadora

Doralice Barros Pereira

Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de Candonga

A resistência socioambiental aos empreendimentos hidrelétricos é um importante elemento da crise ambiental, expressão e fator determinante da crise do sistema energético no capitalismo. A importância deste tipo de empreendimento no país manifesta uma divisão territorial do trabalho, onde cabe ao Brasil um papel subalterno, inclusive, na troca ecologicamente desigual, ao interiorizar os custos socioambientais, por exemplo, do segmento de bens intermediários energointensivos. Este estudo busca contextualizar e entender, com ênfase nos atores sociais, os conflitos socioespaciais no licenciamento da UHE Candonga (rio Doce/Minas Gerais). Os conflitos são manifestações da irracionalidade consumista e produtivista da sociedade capitalista; uma contradição fundamental diante dos limites naturais que condicionam a questão ambiental e politizam o cotidiano numa perspectiva contra-paradigmática às verticalidades da “globalização”. A resistência (re)constitui sujeitos, novas territorialidades, colocando em xeque a (des)ordem do sistema de licenciamento, conversor de vida em valor.